



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA**

#### **PARECER Nº 22, DE 2016**

Redação final da Proposta de Emenda  
à Constituição nº 128, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 128, de 2015, que *altera a redação do art. 167 da Constituição Federal*, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 17 de fevereiro de 2016.

**RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE**

**JORGE VIANA, RELATOR**

**DOUGLAS CINTRA**

**ELMANO FÉRRER**

**ANEXO AO PARECER Nº 22, DE 2016.**

Redação final da Proposta de Emenda à  
Constituição nº 128, de 2015.

EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº           , DE 2016

Altera a redação do art. 167 da  
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do  
Senado Federal, nos termos do § 3º do art.  
60 da Constituição Federal, promulgam a  
seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167. ....

.....

§ 6º Não se admitirá imposição ou transferência de qualquer encargo financeiro, inclusive decorrente da prestação de serviço público e despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas as obrigações assumidas espontaneamente pelos entes federados e aquelas decorrentes da fixação do salário-mínimo, na forma do inciso IV do art. 7º.

§ 7º Aplica-se o § 6º ao disposto no inciso V do art. 7º e aos demais pisos salariais cuja definição compete à União, excluindo-se os pisos salariais profissionais nacionais para os profissionais do magistério público da educação básica, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

§ 8º É vedada a aprovação dos atos previstos no § 6º sem que exista dotação orçamentária no orçamento da União destinada ao seu pagamento ou sem que estejam acompanhados de aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa no âmbito federal que compense os efeitos financeiros da nova obrigação assumida pela União, com os atos somente passando a vigorar, nos

dois últimos casos, quando implementadas as medidas compensatórias.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.